

Fim da 6x1: conceitos, métodos e consequências



» JOSÉ PASTORE
Professor titular aposentado da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo e presidente do Conselho de Emprego e Relações do Trabalho da Fecomercio-SP

A jornada de trabalho se refere às horas trabalhadas por dia, semana, mês ou ano. A escala se refere à distribuição dessas horas no tempo. Uma jornada de 44 horas semanais pode ser trabalhada com uma escala de 6x1, 5x2, 12x36 ou outras.

Para a jornada, costuma-se fixar em leis o número máximo de horas que as pessoas podem trabalhar. No Brasil, isso é fixado na *Constituição Federal*. São oito horas por dia e 44 horas por semana.

As leis permitem trabalhar menos horas e isso é acertado pelo método da negociação coletiva entre empregados e empregadores ou seus representantes. Assim é no Brasil. A *Constituição* permite às partes negociarem qualquer redução de jornada por esse método.

Diferentemente das jornadas, as escalas de trabalho são fixadas no nível das empresas e em função das características do trabalho. Em muitos escritórios, funciona bem a jornada negociada de 40 horas semanais e uma escala de 5x2. Mas isso não serve, por exemplo, para a pecuária de leite. Nesse ramo, a jornada semanal de 44 horas e a escala de 6x1 tem uma particularidade: a jornada diária é dividida em duas partes para atender a uma

ordenha pela manhã e outra à tarde. Na pecuária de corte, ao contrário, a jornada diária é contínua: os vaqueiros supervisionam o gado no pasto durante o dia todo.

Obviamente, os arranjos que servem para a pecuária, não servem para a siderurgia, hospitais, usinas elétricas, serviços de segurança e outros que funcionam sem parar. Por exemplo, os hospitais mantêm uma jornada de 44 horas semanais, mas com uma escala de 12x36 que é a mais indicada para o bem-estar dos pacientes e dos profissionais da saúde.

O leitor pode estranhar uma jornada diária maior de 8 horas — a que é fixada pela *Constituição Federal*. Para tanto, uma lei ordinária específica — a CLT — estabelece regras para compensações de horas em jornadas e escalas especiais. Para os que trabalham 12 horas em um dia, haverá descanso de 36 horas, para, na média, trabalhem oito horas diárias.

As atividades laborais exigem muitos ajustes para atender às necessidades específicas. Para tanto, o melhor método é a negociação coletiva que pode fazer as necessárias adaptações no nível de uma empresa, conjunto de empresas, ramo ou setor. É por isso que as leis e as constituições se limitam a fixar tetos e remeter os referidos ajustes para a negociação coletiva.

A PEC 8/2025 que está em discussão na Câmara dos Deputados, estranhamente, trata de jornada e de escala ao dizer que, sem redução de salários, “a duração do trabalho normal não [será] superior a oito horas diárias e 36 horas semanais, com jornada de trabalho (sic) de quatro dias por semana, facultada a compensação de horários e a redução

de jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho”.

Essa PEC reduz o teto da jornada de 44 para 36 horas semanais e estabelece rigidamente um único tipo de escala, a de 4x3, para todas as atividades.

A escala não é tratada por lei — e menos ainda por Constituição — porque é impraticável atender às diferentes características dos trabalhos de modo padrão.

Voltando à jornada, verifica-se que apenas 8-10 países fazem reduções pelo método da lei. Os demais 190 países usam o método da negociação coletiva, inclusive o Brasil, cuja jornada semanal negociada é de 38,5 horas. A Alemanha, que tem um teto de 48 horas semanais, negocia 34 horas. Isso ocorre também nos nossos parceiros do Mercosul (Argentina, Uruguai e Paraguai), que também têm um teto de 48 horas semanais, e jornadas negociadas abaixo de 40 horas por semana.

Ao reduzir para 36 horas semanais, de forma impositiva, a PEC 8/2025 provoca um aumento do salário-hora de 22% para todas as atividades que hoje operam com 44 horas por semana. Além disso, de forma absurda, impõe um único tipo de escala (4x3) para realidades muito diferentes.

Os parlamentares saberão corrigir essa distorção. Mas, precisam pensar bem na redução da jornada pela via da Constituição e nas consequências que um aumento quase geral de 22% do fator trabalho ocasionará no país. Refiro-me à inflação, rotatividade, informalidade, desemprego, recessão e redução salarial. Para os trabalhadores mais vulneráveis, essa mudança trará efeitos bumerangues. É justo provocar todos esses problemas para simplesmente capturar o seu voto?



Reforma das Forças Armadas



» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista

O presidente Lula descobriu que o Brasil precisa dar mais atenção às suas Forças Armadas para proteger o país de eventual ataque externo. É uma descoberta óbvia, um pouco tardia, porém verdadeira. Os militares brasileiros sempre estiveram mais preocupados com a gestão do país, com a política partidária, com suas próprias vantagens e relegaram a segurança nacional a segundo plano. Mas a invasão da Venezuela, o sequestro de Nicolás Maduro, pelas forças especiais dos Estados Unidos, chamaram atenção dos países do continente para sua fragilidade.

A última vez que o Brasil teve suas fronteiras violadas foi na guerra contra o Paraguai, no século 19. A notícia de que o país tinha sido invadido levou três semanas para chegar ao Rio de Janeiro, sede do Império. O Brasil de hoje está ligado por comunicações de norte a sul, de leste a oeste. Mas faltam equipamentos para informar violações das fronteiras nacionais. Elas são quase abertas. Contrabandistas de todos os calibres de drogas, armas, e equipamentos diversos, conhecem os caminhos para fazer o material chegar ao consumidor brasileiro. Quando Maduro ameaçou invadir a Guiana, o Exército brasileiro fez uma penosa transferência de equipamentos de Manaus para Roraima. operação levou mais de um mês. Tempo mais que suficiente

para que o eventual invasor se instalasse confortavelmente no território nacional.

O atual efetivo das Forças Armadas brasileiras é de aproximadamente 360 mil militares na ativa. No Exército, estão 213 mil; na Marinha, 74 mil; e na Aeronáutica, 68 mil militares. Cerca de 10% do efetivo é constituído por mulheres. A esse número se somam 409 mil militares da reserva, pensionistas e as famosas filhas solteiras que recebem pensão por toda a vida. Cerca de 70% das despesas militares no Brasil são dirigidas para pagamento de pessoal, da ativa ou da reserva. Resta pouco dinheiro para investir em novas tecnologias e equipamentos modernos capazes de fazer frente aos desafios da guerra moderna.

O governo brasileiro investe pouco nas suas forças armadas. O gasto fica em torno de 1,3% do produto interno bruto. Os Estados Unidos investem 3,5%, a Rússia 4%, a Índia 2,4%. Donald Trump pressiona países europeus para aumentar os gastos militares até 5% do PIB. As guerras de Trump na Venezuela e no Irã, além de ameaçar Cuba e outros países, têm provocado uma corrida para aumentar gastos militares. Ele quis ser campeão da paz, mas promoveu conflitos em todos os recantos do planeta. A França decidiu aumentar sua capacidade estratégica, os ingleses estão se mexendo nessa direção. O governo do Japão decidiu também aumentar seus efetivos. Os chineses não economizam nesse segmento. Estão na vanguarda. Os arroubos do presidente norte-americano tornaram o mundo mais inseguro. O governo brasileiro se coloca dentro dessa moldura.

O programa de modernização e rearmamento das Forças Armadas é caro, porém substancial. A Marinha pretende construir quatro submarinos

convencionais e um nuclear nas instalações de Itaguaí, no estado do Rio de Janeiro. Três deles estão operando, o quarto vai entrar em testes, e o nuclear deverá entrar em operação em 2033, apesar da má vontade dos norte-americanos que não gostam da ideia de o Brasil construir seu submarino nuclear. O objetivo dos marinheiros brasileiros é defender a chamada Amazônia Azul. O programa envolve o domínio da tecnologia nuclear para construção de reatores. Tudo com tecnologia nacional. Além disso, o projeto de renovação prevê a construção de quatro fragatas modernas, no Brasil, com transferência de tecnologia.

A Marinha também pretende construir um sistema de radares costeiros, satélites e centros de comando com objetivo de monitorar o mar territorial e a zona econômica exclusiva do Brasil. O Exército planeja substituir os antigos Urutu e Cascavel por veículo blindado 6x6 para transporte de tropas, ambulância e comando. Sonha em criar um sistema tecnológico para proteger a fronteira terrestre com radares, sensores, drones e centros de comando. O objetivo é a vigilância da Amazônia e o combate ao tráfico e crimes transnacionais. Está nos planos também a modernização da artilharia e a modernização dos carros de combate Leopard, além do desenvolvimento de novo modelo nesta categoria. Na Aeronáutica a modernização já é conhecida. Trata-se da produção no Brasil dos jatos suecos Gripen, o que está em curso, e a adoção do cargueiro Millenium C-390, produzido pela Embraer.

Vale lembrar que a Polícia Militar do estado de São Paulo, com 82 mil militares, é maior que a Marinha e a Aeronáutica. Há muito o que crescer e organizar no dispositivo militar nacional que precisa esquecer o inimigo interno, ganhar agilidade e mobilidade para identificar as ameaças externas.

Dependência perigosa



» MAURÍCIO ANTÔNIO LOPES
Pesquisador e ex-presidente da Embrapa

O Brasil construiu, nas últimas duas décadas, uma relação comercial de enorme intensidade com a China. Em 2025, as trocas bilaterais somaram cerca de US\$ 170 bilhões, consolidando o país asiático como nosso principal parceiro comercial. Desse montante, mais de US\$ 100 bilhões corresponderam a exportações brasileiras destinadas à China, o que representou aproximadamente 28% de tudo o que o Brasil vendeu ao exterior naquele ano.

No agronegócio, a concentração é ainda mais expressiva: mais de 60% da soja que exportamos tem como destino a China, além de participação relevante nas vendas de carne bovina, carne de frango e celulose. Os ganhos foram expressivos, mas há riscos substantivos nessa relação. O problema não está na parceria em si, mas na sua assimetria estrutural e na ausência de estratégias consistentes de mitigação.

Exportamos majoritariamente commodities primárias. Importamos bens industriais e tecnológicos de maior valor agregado. É uma relação funcional, porém estruturalmente desequilibrada. Enquanto o Brasil se especializou em fornecer grandes volumes de produtos agropecuários, a China avança rapidamente em biotecnologia, agricultura digital, mecanização inteligente, inteligência artificial aplicada ao campo e cadeias industriais de alta complexidade.

A China não trata segurança alimentar como simples questão de mercado. É tema de soberania nacional. O país investe maciçamente em melhoramento genético, edição gênica, mecanização de precisão, agricultura protegida e integração entre dados, satélites e sistemas inteligentes. Ainda que a autossuficiência plena seja improvável, reduzir vulnerabilidades externas é objetivo explícito. O fato é que o maior comprador de nossas commodities trabalha para depender menos delas.

Além disso, Pequim vem diversificando fornecedores e ampliando investimentos agrícolas em diferentes regiões do mundo. Diversificação de origem é estratégia clássica de redução de risco e parte de planejamento de longo prazo. O Brasil também tem avançado na abertura e ampliação de mercados, com esforços importantes do setor público e privado nessa direção. Ainda assim, é legítimo perguntar se o ritmo dessa diversificação será suficiente, no médio e longo prazo, para reduzir de forma consistente a exposição a um único grande comprador.

Há ainda um vetor tecnológico que raramente entra no debate público: proteínas alternativas, agricultura celular, fermentação de precisão e outras plataformas de produção alimentar disruptivas. Se essas tecnologias atingirem escala econômica relevante na próxima década, parte da demanda global por grãos destinados à ração animal poderá enfrentar queda sustentada. Não é cenário imediato, mas é plausível. Ignorá-lo seria repetir erros históricos de países presos a vantagens comparativas estáticas.

Podemos imaginar três cenários para os próximos 10 a 15 anos. No primeiro, a China mantém elevado nível de importações e o Brasil continua como fornecedor dominante. No segundo, a China eleva produtividade interna e diversifica origens, reduzindo gradualmente sua dependência do Brasil. No terceiro, inovações disruptivas alteram a própria estrutura da demanda global por grãos e proteínas. O Brasil parece preparado apenas para o primeiro cenário.

A concentração comercial não é apenas uma questão setorial ou macroeconômica. Ela afeta câmbio, arrecadação, investimento e estabilidade das contas externas. Uma redução relevante nas compras chinesas de soja, por exemplo, teria impacto direto sobre o superavit comercial e a disponibilidade de divisas, mas também pressionaria preços internos, margens e capacidade de pagamento no campo.

Produtores altamente especializados poderiam ser forçados a reconverter sistemas produtivos, redirecionar fluxos logísticos e rever decisões de investimento. Quando um único destino exerce influência tão intensa sobre uma cadeia produtiva, o tema deixa de ser apenas comercial e se torna estratégico, com implicações econômicas e sociais amplas.

A resposta não está em reduzir relações com a China, mas em reposicioná-las em bases mais equilibradas e estratégicas. O Brasil precisa diversificar mercados, agregar valor às cadeias agroindustriais, investir de forma mais robusta em biotecnologia própria, fortalecer sua indústria vinculada ao agro e ampliar presença em segmentos de maior intensidade tecnológica. Liderança em produção de biomassa precisa se converter em liderança em bioindústria, bioenergia e bioeconomia.

A relação Brasil-China seguirá central para a economia brasileira em múltiplas dimensões — comercial, tecnológica, energética e financeira. A questão não é sua relevância, mas sua configuração. Ela poderá evoluir para uma parceria mais equilibrada, com cooperação em inovação, agregação de valor e maior simetria tecnológica, ou consolidar um padrão de especialização que amplie vulnerabilidades estruturais ao longo do tempo. O debate, portanto, não é conjuntural. É uma discussão sobre o lugar do Brasil na economia global nas próximas décadas.